CPQ Brasil S.A.

CNPJ: 74.552.068/0001-10

Relatório da administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Administração permanece, como sempre, a disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários. São Paulo, 29 de Março de 2012. **A Administração**

Balanços patrimoniais - Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado
Ativo	**2011**	**2010**	**01/01/2010**	**2010**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7(a))	2.800	1.745	2.084	1.876
Aplicações financeiras (Nota 7(b))	2.207	9.063	4.266	9.063
Aplicações financeiras restritas	2.181	901		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	5.746	4.947	5.482	5.044
Estoques (Nota 9)	2.944	2.866	2.935	2.945
Impostos a recuperar	587	539	437	543
Outras contas a receber	801	624	530	1.601
	17.266	20.685	15.734	21.072
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (Nota 19)	3.359	959	13	959
Impostos a recuperar	118	166	194	166
Impostos diferidos (Nota 10)	21.061	19.689	18.751	19.689
Outras contas a receber	581	661	388	783
	25.119	21.475	19.346	21.597
Investimento (Nota 11)		430		
Imobilizado (Nota 12)	14.836	15.553	15.127	15.815
Intangível (Nota 13)	5.962	5.926	687	5.926
	20.798	21.909	15.814	21.741
Total do ativo	63.183	64.069	50.894	64.410

	Controladora			Consolidado
Passivo	**2011**	**2010**	**01/01/2010**	**2010**
Circulante				
Debêntures (Nota 14)	10.106	9.326		9.326
Fornecedores	3.038	3.340	3.058	3.441
Financ. e emprést. (Nota 15)	21	24	40.520	24
Imp. e contrib. a recolher	795	821	1.035	878
Férias, enc. e bônus à fun. (Nota 16)	2.380	2.169	2.022	2.274
Imp. de renda e contrib. social	122	100	592	120
Partes relacionadas (Nota 19)		1.000		1.000
Rec. antecipadas (Nota 17)	438	750	750	750
Outras contas a pagar	1.087	883	1.528	941
	17.987	18.413	49.505	18.754
Não circulante				
Debêntures (Nota 14)	20.833	30.833		30.833
Financ. e emprést. (Nota 15)	5.250	5.250		5.250
Imp. diferidos (Nota 10)	7.830	3.986	53	3.986
Provisão p/conting. (Nota 18)	191	46	230	46
Rec/ antecipadas (Nota 17)	1.911	483	1.280	483
Outras contas a pagar	120	223	166	223
	36.135	40.821	1.729	40.821
Patrim. líq. (passivo a desc.)				
Capital social (Nota 20)	12.839	5.679	1.076	5.679
Reserva de capital	20.000	27.160		27.160
Reserva de lucros		6.433	3.551	6.433
Ajuste de aval/ patrimonial			6	
Adiant. p/fut/ aum. de cap.l (AFAC)			30.000	
Prejuízos acumulados	(23.778)	(34.437)	(34.973)	(34.437)
	9.061	4.835	(340)	4.835
Total do passivo	63.183	64.069	50.894	64.410

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Receita líquida (Nota 22)	57.857	53.965	59.478	55.038
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(29.651)	(27.131)	(29.992)	(27.850)
Lucro bruto	28.206	26.834	29.486	27.188
(Desp.) outras rec. operacionais				
Vendas	(8.886)	(8.585)	(10.109)	(8.778)
Administrativas e gerais	(8.827)	(8.822)	(9.180)	(9.013)
Outras rec. operac. - líquidas (Nota 23)	1.750	3.600	1.690	3.600
Lucro oper.. antes do result. financ., equivalência patrimonial e tributos	12.243	13.027	11.887	12.997
Receitas financeiras (Nota 24)	1.519	1.039	1.525	1.043
Despesas financeiras (Nota 24)	(6.494)	(5.839)	(6.628)	(5.857)
Rec. e desp. financ. líq. (Nota 25)	(4.975)	(4.800)	(5.103)	(4.814)
Equivalência patrimonial (Nota 11)	(570)	(57)		
Res. antes do IR e da contrib. social	6.698	8.170	6.784	8.183
Imposto de renda e contrib. social				
Correntes (Nota 10)			(86)	(13)
Diferidos (Nota 10)	(2.472)	(2.995)	(2.472)	(2.995)
Lucro líquido do exercício	4.226	5.175	4.226	5.175
Lucro líq. por ação - básico e diluído			0,37	0,54

Não houve resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, a "demonstração do resultado abrangente" não está sendo apresentada.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva especial	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	AFAC	Total
Em 1º de janeiro de 2010	1.076		711	2.840	6		30.000	34.633
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(34.973)	-	(34.973)
Saldo de abertura ajustado	1.076		711	2.840	6	(34.973)	30.000	(340)
Realização de reserva					(6)	6		
Aumento de capital por utiliz. de AFAC	2.840						(2.840)	
Aum. de capital por incorp. de reservas	1.763			(1.763)				
Constituição de res. de capital com AFAC		27.160					(27.160)	
Lucro líquido do exercício						5.175		5.175
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal			233			(233)		
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	4.412	-	(4.412)	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	5.679	27.160	944	5.489		(34.437)		4.835
Aum. de capital por incorp. de reservas	7.160	(7.160)						
Lucro líquido do exercício						4.226		4.226
Absorção de prejuízos	-	-	(944)	(5.489)	-	6.433	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	12.839	20.000	-	-	-	(23.778)	-	9.061

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das ativid. operac.	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Lucro líq. antes do IR e contrib. social	6.698	8.170	6.784	8.183
Ajustes				
Depreciação e amortização	1.724	1.643	1.763	1.658
Equivalência patrimonial	570	57		
Despesas financ. e outras provisões	6.382	4.838	6.382	4.838
Result. na venda de ativos imobilizados	100	(108)	173	(108)
	15.474	14.600	15.102	14.571
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações financeiras	5.576	(4.797)	5.576	(4.797)
Contas a receber	(804)	535	(773)	438
Outros créditos	(2.497)	(2.288)	(2.347)	(2.173)
Estoques	(71)	69	(11)	(10)
Fornecedores e outras contas a pagar	(467)	(287)	(570)	(397)
Salários, encargos e férias a pagar	211	147	140	252
Impostos a recolher	(26)	(214)	(60)	(157)
Caixa gerado nas operações	17.396	7.765	17.057	7.727
Juros pagos sobre emprést. e debétures	(6.253)	(5.175)	(6.253)	(5.175)
IR e contrib. social pagos no exercício		(492)	(68)	(485)
Caixa líquido prov. das ativid. operac.	11.143	2.098	10.736	2.067
Fluxos de caixa das ativid. de invest.				
Caixa decorrente de incorp. de control.	109	(250)		
Aquisição de investimento em controlada		(237)		
Aquisição de ativo imobilizado	(897)	(2.021)	(964)	(2.346)
Aquisição de ativo intangível	(133)	(5.292)	(133)	(5.292)
Recebimento por venda de ativo imobiliz.		113	61	113
Caixa líq. usado nas ativid. de invest.	(921)	(7.687)	(1.036)	(7.525)
Fluxos de caixa das ativid. de financ.				
Pagamento de financiamentos (principal)	(9.167)		(9.167)	
Aquisição de empréstimos		5.250	391	5.250
Caixa líquido proveniente das (usado nas) ativid. de financ.	(9.167)	5.250	(8.776)	5.250
Aum. (dim.) do caixa e equiv.de caixa	1.055	(339)	924	(208)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.745	2.084	1.876	2.084
No fim do exercício	2.800	1.745	2.800	1.876
	1.055	(339)	924	(208)
Transações que não envolveram caixa				
Ativos de controlada incorporados, exceto caixa e equivalentes de caixa	319			
Passivos de controlada incorporados	516			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional - A CPQ Brasil S.A. ("Companhia") é uma entidade com sede na cidade de Itupeva, São Paulo e tem por objetivo a indústria e o comércio de pães, massas, biscoitos, bolachas, doces e outros produtos de padaria, pastelaria, confeitaria e lanchonete, podendo, para tanto, fabricá-los, adquiri-los de terceiros ou recebê-los em consignação, bem como a administração de franquias empresariais incluindo fundo de propaganda, treinamento e seleção de mão de obra, indicação de fornecedores, locação e comodato de equipamentos e licenciamento temporário de uso de marca. **Aquisição da Confeitaria Estrelas Novas Ltda.** Em 20 de agosto de 2010, por meio do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, a CPQ Brasil S.A. adquiriu a totalidade das quotas da empresa Confeitaria Estrelas Novas Ltda. ("MBCM"), que tinha por objeto social a fabricação de doces em geral, principalmente o produto denominado "O Melhor Bolo de Chocolate do Mundo". A seguir, são resumidos os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos em 20 de agosto de 2010:

	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	11	11
Contas a receber de clientes e outros créditos	113	113
Estoques	84	84
Imobilizado	214	255
Intangível		5.086
Fornecedores e outras contas a pagar	(299)	(299)
Total líquido de ativos identificáveis	(123)	5.250

Em 2010, a Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de R$ 157 referentes a honorários legais externos e custos de "due diligence" os quais foram incluídos nas despesas administrativas da Companhia, na demonstração de resultado. Em 20 de agosto de 2010 a Companhia resolveu aumentar o capital social da MBCM em R$ 250, passando o capital de R$ 180 para R$ 430, com a emissão de 250.000 quotas. **Incorporação de controlada -** Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia, por meio do Protocolo e Justificação de Incorporação e pela deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, resolveu incorporar essa controlada visando a união das atividades operacionais desenvolvidas pelas duas sociedades com o intuito de promover a simplificação operacional, no melhor aproveitamento das sinergias e na redução de custos e gastos, com otimização da estrutura industrial e administrativa hoje existente. O valor do acervo líquido negativo na data-base de 30 de novembro de 2011, transferido e incorporado em 31 de dezembro de 2011, era de R$ 88, composto da seguinte forma:

Ativo		Passivo	
Disponibilidades	109	Fornecedores	25
Contas a receber	123	Obrigações fiscais	42
Estoques	15	Salários e encargos	49
Outros ativos	26	Outros passivos	24
Imobilizado	155	Partes relacionadas	376
	-	Acervo líquido incorporado	(88)
	428		428

2. Base de preparação - As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais políticas contábeis -** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21), determinações de provisões para imposto de renda e utilização de prejuízos fiscais (Nota 10), vida útil do ativo imobilizado (Nota 3(s)), estimativa do valor de recuperação de ativos intangíveis (Nota 13), provisões para contingências (Nota 18), provisão para devedores duvidosos (Nota 8) e provisão para perda nos estoques (Nota 9). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **(c) Base de consolidação - (i) Controlada -** As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(ii) Descrição dos principais procedimentos de consolidação -** O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: • Eliminação das perdas registradas por equivalência patrimonial da controlada. • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. • Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Participação direta - %	31/12/2010
Confeitaria Estrelas Novas Ltda., incorp. em 2011 (Nota 1)	100

(d) Transações em moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **(e) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **(ii) Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado -** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(iii) Empréstimos e recebíveis -** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(iv) Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(v) Instrumentos financeiros derivativos -** A Companhia não possuía operação com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados, incluindo operações de *hedge*. **(f) Capital social -** As ações ordinárias são classificadas como capital social, no patrimônio líquido. **(g) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(h) Estoques -** Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de mercado. A Companhia adota a política de realizar provisões e baixas de estoques por questões de obsolescência, demanda e outros fatores econômicos. **(i) Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. **(ii) Custos subsequentes -** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação -** As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos foram avaliadas por empresa especializada e independente e revisada pela Companhia e são apresentadas a seguir:

	A partir de 01/01/2010	Antes de 01/01/2010
Edificações	42 anos	25 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 a 17 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	8 a 17 anos	20 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	38,04% - taxa média	47,32% - taxa média
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos

Em 2011, a Companhia revisou os prazos de vida útil remanescente de seu ativo imobilizado e reconheceu os efeitos desta revisão de forma retroativa a 1º de janeiro de 2010, conforme divulgado na Nota 3(s). A Companhia entende que as vidas úteis utilizadas representam os períodos nos quais os ativos contribuirão para a geração de receita. O julgamento da Companhia para a determinação na manutenção das vidas úteis e valores depreciáveis está baseada no conhecimento da Diretoria da Companhia nas operações e no mercado onde atua. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(j) Ativos arrendados -** Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **Determinando se um contrato contém um arrendamento -** No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso transfira o direito a Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes, baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. **(k) Ativos intangíveis -** O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis (Nota 13). **Outros ativos intangíveis -** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(l) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - (i) *Impairment* de ativos financeiros -** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indica-

>>>Continua...

>>>Continuação

ções de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas relacionadas às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros -** A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. **(m) Benefícios a empregados -** A Companhia não mantém para seus colaboradores planos de contribuição e benefícios definitivos, porém disponibiliza aos seus colaboradores como beneficio um plano de participação nos lucros. Os colaboradores tem direito a participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os gestores com base em objetivos específicos e acordados entre as partes. O montante da participação é reconhecido no resultado do período. Os programas são aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e, quando aplicável constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes. **(n) Provisões -** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **(o) Reconhecimento da receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita: (i) pode ser mensurado com segurança; (ii) é possível que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e; (iii) quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir: **(i) Venda de produtos -** As vendas de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega de produtos para os clientes e tenha-se evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(ii) Venda de serviços -** A Companhia cobra de seus franqueados taxas de *royalties* e fundo de *marketing* com base no faturamento informado pelas franquias. Para o ingresso de novas lojas na Companhia é efetuado a cobrança de uma taxa de franquia, reconhecidas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato firmado entre as partes. **(p) Receitas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, as receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **(q) Imposto de renda e contribuição social - (i) Corrente -** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(ii) Diferido -** Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. **(r) Resultado por ação -** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e o número de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41. **(s) Reapresentação das cifras comparativas -** Em 2011, foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados à baixa do ágio decorrente da incorporação reversa da empresa Garuda S.A., no valor de R$ 34.973 e ajustes provenientes da revisão retroativa do prazo de vida útil remanescente do ativo imobilizado, no valor de R$ 537, líquido dos tributos. No que se refere ao ágio proveniente da Garuda S.A., de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 09 - "Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial", em casos de reestruturações societárias que resultem em incorporações, o ágio deve ser mantido apenas na adquirente original que, na essência, detém os recursos ou a capacidade de aquisição. Nos demais casos, o saldo do ágio deve ser integralmente baixado no momento da incorporação, por meio de provisão diretamente contra o patrimônio líquido, na entidade incorporada, com o reconhecimento de ativos fiscais, quando aplicável. Com referência ao ativo imobilizado, a administração não havia revisado, em 2010, o prazo de vida útil remanescente de seu ativo imobilizado, nos termos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. Desta forma, visando corrigir os efeitos da referida falta de revisão, a Companhia retificou no ano de 2011 os efeitos desta revisão de forma retroativa à 1º de janeiro de 2010. A falta da referida revisão foi objeto de ressalva no relatório dos auditores naquele ano. A reapresentação dos saldos do balanço e das demonstrações do resultado do exercício encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2010 estão detalhados a seguir:

Controladora			**31/12/2010**			**01/01/2010**
	Original	**Ajuste**	**Ajustado controladora**	**Original**	**Ajuste**	**Ajustado**
Ativo						
Circulante	20.685		20.685	15.734		15.734
Não circulante						
Realiz. a l. prazo	21.475		21.475	19.346		19.346
Investimento	430		430			
Imobilizado (a)	14.739	814	15.553	15.127		15.127
Intangível (c)	40.899	(34.973)	5.926	35.660	(34.973)	687
Total do ativo	98.228	(34.159)	64.069	85.867	(34.973)	50.894
Passivo e patrimônio líq.						
Circulante	18.413		18.413	49.505		49.505
Não circulante (b)	40.544	277	40.821	1.729		1.729
Patrimônio líq. (c)	39.271	(34.436)	4.835	34.633	(34.973)	(340)
Total do passivo e patrimônio líq.	98.228	(33.159)	64.069	85.867	(34.973)	50.894
Result. do exerc.						
Receita	53.965		53.965			
Custo das vendas(a)	(27.623)	492	(27.131)			
Desp. c/vendas (a)	(8.839)	254	(8.585)			
Desp.adm. (a)	(8.890)	68	(8.823)			
Outras receitas operac. - líquidas	3.600		3.600			
Rec.e despesas financeira líquida	(4.800)		(4.800)			
Resultado de equiv. patrimonial	(57)		(57)			
IR/contrib. Social (b)	(2.718)	(277)	(2.995)			
Lucro líq. do exerc.	4.638	537	5.175			

(a) Ajustes provenientes da revisão de prazo de vida útil do ativo imobilizado; (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de depreciação do ativo imobilizado; (c) Baixa do ágio da Garuda.

Consolidado			**31/12/2010**
Ativo	**Original**	**Ajustado controladora**	**Ajustado consolidado**
Circulante	21.072		21.072
Não circulante			
Realizável a longo prazo	21.597		21.597
Investimento			
Imobilizado (a)	15.001	814	15.815
Intangível (c)	40.899	(34.973)	5.926
Total do ativo	98.569	(34.159)	64.410
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	18.754		18.754
Não circulante (b)	40.544	277	40.821
Patrimônio líquido	39.271	(34.436)	4.835
Total do passivo e patrim. líquido	98.569	(34.159)	64.410
Resultado do exercício			
Receita	55.038		55.038
Custo das vendas (a)	(28.342)	492	(27.850)
Despesas com vendas (a)	(9.032)	254	(8.778)
Despesas administrativas (a)	(9.081)	68	(9.013)
Outras receitas operac. - líquidas	3.600		3.600
Receita e despesas financ. líquida	(4.814)		(4.814)
Resultado de equiv. patrimonial			
Imp. de renda/contrib. Social (b)	(2.731)	(277)	(3.008)
Lucro líquido do exercício	4.638	537	5.175

(a) Ajustes provenientes da revisão de prazo de vida útil do ativo imobilizado; (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de depreciação do ativo imobilizado; (c) Baixa do ágio da Garuda. **5. Determinação do valor justo -** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota 22 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **6. Gerenciamento de riscos financeiros -** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco operacional. A Companhia está apresentando as informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital na Nota 22. **Estrutura do gerenciamento de risco -** O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - (a) Caixa e equivalentes de caixa**

			Controladora	**Consolidado**
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**	**31/12/2010**
Caixa	20	19	14	30
Bancos				
Banco Itaú S.A.	931	919	1.542	919
Banco ABN AMRO Real S.A.	27	84	19	84
Banco Santander S.A.	17	15		15
Banco Bradesco S.A.				91
Aplicações financeiras				
Banco Itaú S.A.				29
Banco ABN AMRO Real S.A.			509	
Banco Votorantin	60			
Banco Standard S.A.	1.745	708	-	708
	2.800	1.745	2.084	1.876

As aplicações financeiras de curto prazo classificadas em caixa e equivalentes de caixa, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa de 102,50% (101,55% em 31 de dezembro de 2010 e 100,89% em 1º de janeiro de 2010) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **(b) Aplicações financeiras**

			Controladora	**Consolidado**
	31/12/ 2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**	**31/12/2010**
Banco Itaú S.A.	2.207	5.386	3.067	5.386
Banco ABN AMRO Real S.A.		784	1.199	784
Banco Votorantim		1.042		1.042
Banco BIC S.A.		825		825
Banco Standard S.A.	-	1.026		1.026
	2.207	9.063	4.266	9.063

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa de 102,50% (101,55% em 31 de dezembro de 2010 e 100,89% em 1º de janeiro de 2010) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **8. Contas a receber de clientes**

			Controladora	**Consolidado**
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**	**31/12/2010**
Duplicatas a receber	5.786	4.982	5.527	5.080
Provisão para créditos de liquid. duvidosa	(40)	(35)	(45)	(36)
	5.746	4.947	5.482	5.044

O *aging list* das duplicatas a receber está assim composto:

			Controladora	**Consolidado**
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**	**31/12/2010**
A vencer	5.604	4.729	5.279	4.766
Vencidos até 30 dias	122	126	217	149
Vencidos até 60 dias	1	33	8	36
Vencidos até 90 dias	23		14	7
Vencidos até 180 dias	11	69	5	97
Vencidos há mais de 180 dias	25	25	4	25
	5.786	4.982	5.527	5.080

9. Estoques			**Controladora**	**Consolidado**
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**	**31/12/2010**
Produtos acabados	840	661	613	668
Produtos para revenda	775	889	919	928
Matérias-primas	1.151	1.123	1.271	1.156
Produtos em elaboração	9	6		6
Adiant. a fornecedores	171	196	141	196
Provisão para perdas	(2)	(9)	(9)	(9)
	2.944	2.866	2.935	2.945

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos - controladora e consolidado - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Tributos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

			Ativos		**Passivos**
	Control. 31/12/2011	**Control. e consol. 31/12/2010**	**Control. 01/01/2010**	**Control. 31/12/2011**	**Control. e consol. 31/12/2010**
Tributos com exigibilidade suspensa	750	598	457		
Benefício fiscal decorrente de incorp. reversa	18.016	18.016	18.016	7.593	3.709
Prejuízo fiscal	1.378	582			
Base negativa	585	252			
Ajuste deprec. - CPC 27				237	277
Outras prov.	332	241	278	-	-
	21.061	19.689	18.751	7.830	3.986

A Companhia possui montante total de R$ 1.963 referentes a prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL, cuja compensação é limitada a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa é de dois a cinco anos. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da controladora é demonstrada como segue:

	2011	**2010**
Lucro contábil antes do imp. de renda e da contrib.social	6.698	8.170
Alíquota fiscal combinada - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	2.277	2.778
Adições permanentes		
Despesas não dedutíveis	478	477
Exclusões permanentes		
Outras receitas isentas de impostos	(283)	(260)
Imposto de renda e contrib. social no result. (diferidos)	2.472	2.995
Alíquota efetiva - %	37	37

11. Investimentos - A Companhia registrou uma perda de equivalência patrimonial em 2011 de R$ 570 (R$ 57 em 2010), proveniente de sua controlada integral Confeitaria Estrelas Novas Ltda. (MBCM). O resultado desta controlada foi um prejuízo de R$ 570 em 2011 (prejuízo de R$ 150 em 2010), a qual foi incorporada em 2011 (Nota 1).

12. Imobilizado

(a) Controladora	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas, equiptos e ferramentas**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equiptos de computação**	**Outros**	**Obras em andamento**	**Imobilizado total**
Saldos em 01/01/2010	4.973	877	7.549	386	530	248	562	2	15.127
Aquisição	57	105	969	60	207	81	363	260	2.102
Alienação					(4)	(1)			(5)
Transferências	34	7	302	23			(423)	57	
Deprec./ amortização	(135)	(165)	(1.091)	(73)	(95)	(112)			(1.671)
Saldos em 31/12/2010	4.929	824	7.729	396	638	216	502	319	15.593
Custo total	7.209	1.755	17.358	927	1.355	1.088	717	319	30.728
Depreciação acumulada	(2.280)	(931)	(9.629)	(531)	(717)	(872)	(215)		(15.175)
Valor residual	4.929	824	7.729	396	638	216	502	319	15.553
Saldos em 31/12/2010	4.929	824	7.729	396	638	216	502	319	15.553
Aquisição	20	51	389	101	45	84	117	90	897
Alienação			(8)	(10)	(99)	(3)	(20)		(140)
Incorp. MBCM (Nota 1)		36	15	53		8	43		155
Transferências	120	23	26	3	43		192	(407)	
Deprec./ amortização	(139)	(174)	(956)	(67)	(85)	(87)	(121)		(1.629)
Saldos em 31/12/2011	4.930	760	7.195	476	542	218	713	2	14.836
Custo total	7.348	1.874	17.647	1.088	1.105	1.172	1.054	2	31.290
Depreciação acumulada	(2.418)	(1.114)	(10.452)	(612)	(563)	(954)	(341)		(16.454)
Valor residual	4.930	760	7.195	476	542	218	713	2	14.836

(b) Consolidado	**Edificações**	**Instalações**	**Máquinas, equiptos e ferramentas**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equiptos de computação**	**Obras em Outros**	**andamento**	**Imobilizado total**
Saldos em 01/01/2010	4.973	877	7.549	386	530	248	453	111	15.127
Aquisição	57	140	910	63	207	84		623	2.084
Alienação					(4)	(1)			(5)
Controlada incluída na consolidação - MBCM		6	102	71	23	12			214
Transferências	34	7	302	17		6		(366)	
Mais valia de imobiliz. MBCM			41						41
Deprec./ amortização	(135)	(166)	(10.57)	(76)	(98)	(114)			(1.646)
Saldos em 31/12/2010	4.929	864	7.847	461	658	235	453	368	15.815
Custo total	7.209	1.799	17.460	1.003	1.391	1.115	668	368	31.013
Depreciação acumulada	(2.280)	(935)	(9.613)	(542)	(733)	(880)	(215)	-	(15.198)
Valor residual	4.929	864	7.847	461	658	235	453	368	15.815

13. Intangível

(a) Controladora e consolidado	**Software**	**Ágio Astragalos**	**Intangível MBCM**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2010				
Custo	713	781		1.494
Amortização acumulada	(351)	(456)	-	(807)
Saldo contábil, líquido	362	325	-	687
Exercício findo em 31/12/2010				
Saldo inicial	362	325		687
Aquisições (Nota 1)	165		5.127	5.292
Amortização	(53)			(53)
Saldo contábil, líquido	474	325	5.127	5.926
Em 31 de dezembro de 2010				
Custo	878	781	5.127	6.786
Amortização acumulada	(404)	(456)	-	(860)
Saldo contábil, líquido	474	325	5.127	5.926
Exercício findo em 31/12/2011				
Saldo inicial	474	325	5.127	5.926
Aquisições	133			133
Amortização	(97)	-	-	(97)
Saldo contábil, líquido	546	325	5.127	5.962
Em 31/12/2011				
Custo	1.011	781	5.127	6.919
Amortização acumulada	(501)	(456)	-	(957)
Saldo contábil líquido	510	325	5.127	5.962

Ágio e intangíveis nas aquisições de participações - Todos os ágios gerados nas aquisições de investimentos estão fundamentados em estudos desenvolvidos por empresa especializada independente, representados em laudos que suportam a contabilização do ágio. Os laudos foram desenvolvidos considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pela Companhia considerando projeções de aumento do número de lojas e quiosques, lançamento de novos produtos, maior penetração dos produtos nos fraqueados e crescimento de vendas. **14. Debêntures - controladora e consolidado**

	Controladora		**Consolidado**
	2011	**2010**	**2010**
Circulante	10.106	9.326	9.326
Não circulante	20.833	30.833	30.833

Em 15 de janeiro de 2010, a Companhia aprovou a 1ª emissão, para distribuição pública, em regime de garantia firme de distribuição com esforços restritos de colocação, de 40 debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, tendo sido firmada entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. O valor total da emissão foi de R$ 40.000, tendo sido feita em série única, sendo que o valor nominal unitário das debêntures na data da emissão foi de R$ 1.000. As debêntures possuem prazo de vigência de sessenta meses contados da data de sua emissão. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, em 48 parcelas consecutivas, a partir do 12º mês a contar da data de emissão. As debêntures serão remuneradas à 100% da taxa média diária de juros do CDI, acrescido de 4,25%. As parcelas a vencer de longo prazo estão assim distribuídas:

	2011	**2010**
2012		10.000
2013	10.000	10.000
2014	10.000	10.000
2015	833	833
	20.833	30.833

As debêntures receberam as seguintes garantias: (a) Alienação fiduciária em garantia de 100% das ações de emissão da Companhia, abrangendo as ações a serem emitidas em eventuais aumentos de capital social, inclusive em razão da conversão do AFAC em capital social da Companhia. (b) Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia de no

>>>Continua...

>>>Continuação

mínimo 150% do valor equivalente à soma (i) da parcela do Valor Nominal Unitário a amortizar no respectivo mês; e (ii) do pagamento de Remuneração das Debêntures no respectivo mês. O contrato de debêntures prevê ainda algumas cláusulas restritivas que podem levar ao vencimento antecipado do montante, tais como o não atingimento de determinados índices financeiros (dívida líquida/ EBTIDA, equivalente a 2,5 referente ao exercício social encerrado em 2011 e 2,0 para os exercícios seguintes), inadimplemento de obrigação não pecuniária em prazos e valores, não cumprimento de decisão ou sentença judicial, possuir protestos com valores superiores a R$ 100, entre outras. A Companhia atendeu todas as cláusulas nos exercícios de 2011 e de 2010. **15. Financiamentos e empréstimos - controladora e consolidado**

Descrição	Moeda/ index.	Encarg. financ. médios anuais - %	31/12/ 2011 Circ.	31/12/ 2011 Não circ.	31/12/ 2010 Circ.	31/12/ 2010 Não circ.	01/01/ 2010 Circ.
Nota Promis. Comercial (i)	CDI	CDI + 4,25					40.377
Céd.de cred. Bancário - Banco Itaú BBA (ii)	CDI	CDI + 2,94	21	5.250	24	5.250	
Outros	Reais	12	-	-	-	-	144
			21	5.250	24	5.250	40.520

(i) Em 1º de dezembro de 2009, foi obtido um empréstimo no valor de R$ 40.000. As notas promissórias foram substituídas pelas debêntures emitidas em 15 de janeiro de 2010 conforme mencionado na Nota 14. (ii) Em 20 de agosto de 2010 foi emitida uma Cédula de Crédito bancário, no valor total de R$ 5.250, a qual terá como garantia a alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia. O contrato prevê algumas cláusulas restritivas que podem levar ao vencimento antecipado do montante, tais como: (i) o inadimplemento de obrigação não pecuniária em prazos e valores; (ii) se as garantias reais não forem devidamente efetivadas ou convencionadas; (iii) se houver vencimento antecipado de qualquer outro contrato, cédula ou instrumento em valor superior a R$ 250 firmado junto ao Banco Itaú S.A., entre outras. O valor com vencimento a longo prazo será exigido integralmente em uma única parcela em 2013. **16. Férias, encargos e bônus a funcionários**

	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Controladora 01/01/2010	Consolidado 31/01/2010
Salários a pagar				22
Provisão para férias	969	815	757	876
Encargos sociais	378	355	315	377
Prov. p/bônus a func.	1.033	999	950	999
	2.380	2.169	2.022	2.274

17. Receitas antecipadas - A Companhia possui contrato de Cessão de Espaço de *Merchandising*, renovado em 1º de agosto de 2008, com período de vigência de quatro anos, com término em 31 de julho de 2012. A receita está sendo apropriada para o resultado mensalmente, de acordo com a vigência do respectivo contrato. Além disso, foi firmado em 2007, contrato de exclusividade para comercialização de produtos em sua rede de franquias, por cinco anos, com término em 30 de abril de 2011, o qual foi renovado em 1º de setembro 2011, com vigência ate 31 de dezembro 2020. A receita está sendo apropriada para o resultado mensalmente, de acordo com um percentual sobre o volume de compras de produtos conforme condições contratuais.

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Cessão de espaço de *merchandising*			
Receita a apropriar - saldo inicial	1.187	1.937	2.687
Apropriação ao resultado	(749)	(750)	(750)
Saldo final	438	1.187	1.937
Exclusividade p/comercializ/de prod.			
Receita a apropriar	46	93	127
Adicionais ao contrato	2.006		155
Apropriação ao resultado	(141)	(47)	(189)
	1.911	46	93
	2.349	1.233	2.030
Passivo circulante	(438)	(750)	(750)
Passivo não circulante	1.911	483	1.280

18. Provisão para contingências - controladora e consolidado - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. **Movimentação das provisões**

	01/01/2010 Saldo inicial	Adição	Pagtos	Estornos	31/12/2010 Saldo final
Cíveis	10	6	(5)		11
Trabalhista	96	1		(62)	35
Tributárias	124			(124)	
	230	7	(5)	(186)	46
	01/01/2011 Saldo inicial	**Adição**	**Pagtos**	**Estornos**	**31/12/2011 Saldo final**
Cíveis	11			(11)	
Trabalhista	35	173	(7)	(10)	191
	46	173	(7)	(21)	191

Existem processos cíveis, tributários e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de perda possível, no montante original de R$ 2.213 (R$ 3.481 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 2.749 em 1º de janeiro de 2010) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Em 19 de maio de 2006, foi lavrado Auto de Infração contra a Companhia pela Secretaria da Receita Federal, no valor de R$ 11.538 e objeto de Impugnação protocolada em 20 de junho de 2006 perante o Delegado da Delegacia de Julgamento da Receita Federal em São Paulo, através do processo administrativo nº 13839.001516/2006-64. Houve julgamento improcedente da Impugnação em 1ª Instância Administrativa, sendo que o acórdão foi objeto de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, em 24 de novembro de 2006, tendo o julgamento sido concluído em 8 de novembro de 2007 pelo Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, com resultado parcialmente favorável à Companhia. A Fazenda Nacional foi intimada do acórdão e apresentou os recursos pertinentes, sendo que aguarda o julgamento do Recurso Especial apresentado à Câmara Superior de Recursos Fiscais. A Companhia foi intimada do acórdão objeto do Recurso Voluntário em 4 de novembro de 2009 e apresentou em 18 de novembro de 2009 Recurso Especial contra a parte do acórdão que lhe foi desfavorável, além das contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda Nacional. Já houve trânsito em julgado favorável à Companhia de parcela significativa do Auto de Infração, relativa ao ágio na aquisição de ações. Exclusivamente para a parcela de ágio de subscrição de ações decorrente de erro material de cálculo, cuja decisão foi desfavorável à Companhia, houve o pagamento da quantia correspondente, aproveitando as reduções previstas na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resultando no pagamento da quantia total de R$ 774 em 19 de novembro de 2009. O processo permanece sendo discutido com relação à parcela remanescente no montante aproximado de R$ 2.669, segundo cálculos atualizados apresentados no processo e que aguardam homologação, estando, portanto, pendente de discussão em última instância administrativa, com avaliação de risco remoto de acordo com a administração em conjunto com seus assessores jurídicos. Não há provisão constituída com relação à parcela remanescente em discussão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização **19. Transações com partes relacionadas -** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e 1º de janeiro de 2010, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas. A Companhia não possui operações relevantes de compras e vendas de bens, locação, prestação de serviços, perdões de dívidas etc. Consequentemente, o resultado da Companhia não está impactado por transações com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e 1º de janeiro de 2010, a Companhia apresentava os seguintes saldos decorrentes de transações com partes relacionadas:

Ativo não circulante	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
MCN Participações e empreend. Ltda.			13
Alberto Carneiro Neto (i)	3.359	959	-
	3.359	959	13
Passivo circulante			
Celina de Oliveira Lima Dias (ii)		500	
Carlos Alberto Brás Lopes (ii)	-	500	-
	-	1.000	-

(i) Refere-se a mútuos efetuados pela Companhia a Alberto Carneiro Neto, sujeito a juros calculados equivalentes a 100% do CDI. O vencimento dos mútuos celebrados entre a Companhia e Alberto Carneiro Neto é de no máximo 20 (vinte) anos, conforme o disposto na Cláusula 3 dos Contratos de Mútuo (Vencimento Ordinário), podendo, no entanto, ocorrer o vencimento antecipado destes empréstimos nas seguintes hipóteses (Vencimento Antecipado), previstas na Cláusula 3.1 dos Contratos de Mútuo: (i) após a MCN receber mais de R$ 20.000 em dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou outras distribuições aos acionistas ou; (ii) caso o Mutuário liquide seus investimentos (direta ou indiretamente) na Mutuante, que viabilize o recebimento pela MCN de quantia superior a R$ 20.000. (ii) O valor de R$ 1.000 constituído no passivo em 31 de dezembro de 2010 representava a parcela remanescente do acordo de compra de participação societária da CPQ Brasil S.A. na empresa Confeitaria Estrelas Novas Ltda., conforme acordo de compra e venda de quotas e outras avenças em 20 de agosto de 2010 o qual será liquidado em 22 de agosto de 2011. Em 2011 e 2010, foram auferidos juros remuneratórios no montante de R$ 314 e R$ 45, respectivamente, registrados no resultado da Companhia.

Remuneração dos administradores	2011	2010
Remuneração Diretoria (pró-labore e variável)	1.641	1.484
Encargos sociais	187	185
	1.828	1.669

20 Patrimônio líquido - 20.1 Capital social - Em 29 de abril de 2011, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R$ 7.160 com a utilização de parte da reserva de capital disponível no balanço de encerramento do exercício social de 2010, sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia de R$ 5.679 para R$ 12.839 dividido em 11.516.008 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal divididas da seguinte forma:

	Quantidade de ações
MCN Participações S.A.	5.758.002
Banco Standard de Investimentos S.A.	5.758.002
Outros	4
	11.516.008

20.2 Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. **20.3 Reserva especial -** O valor equivalente ao dividendo anual mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2009 foi integralmente retido pela Companhia por dois motivos distintos: (a) com fundamento no disposto no art. 202, § 3º, II, e § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração e acatada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010; e (b) em atendimento ao disposto no Acordo de Acionistas da Companhia celebrado em 25 de novembro de 2009, no qual está previsto que não haveria a distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento aos acionistas, enquanto não houvesse a conversão do AFAC em capital social da Companhia, conversão esta que fora realizada através da AGE realizada em 30 de abril de 2010. Em 2010, a Reserva Especial apresentava um saldo de R$ 5.489 e durante o exercício de 2011 a Companhia absorveu este montante com prejuízos acumulados. **20.4 Dividendos -** O Estatuto Social da Companhia estabelece como dividendo anual mínimo obrigatório o equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio, observado ainda o disposto nos arts. 201 e 202 da Lei nº 6.404/76. O resultado apurado no exercício de 2011 foi totalmente absorvido pelo saldo de prejuízo acumulado. **21. Instrumentos financeiros -** Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **(a) Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **Exposição a risco de créditos -** O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Controladora 01/01/2010	Consolidado 31/12/ 2010
Caixa e equiv. de caixa e aplic. financ. (Nota 7)	5.007	10.808	6.350	10.939
Contas a receber de clientes (Nota 8)	5.746	4.947	5.482	5.044
	10.753	15.755	11.832	15.983

Caixa e equivalentes de caixa - a política de gestão de risco determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, como com seus acionistas. A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo, e com liquidez. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha e aplicações em títulos de renda fixa. Contas a receber de clientes - a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A pulverização de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes (100% franqueados ou licenciados), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do contas a receber. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes em seu contas a receber e, em 31 de dezembro de 2011 cerca de 97% dos títulos encontravam-se a vencer (95% em 31 de dezembro de 2010 e 96% em 1º de janeiro de 2010). Apesar de haver uma reduzida parcela de saldos vencidos a Companhia constitui provisão para devedores duvidosos. **(b) Risco de liquidez -** É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31/12/2011 - controladora	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financ.	5.271	21		5.250	
Debêntures	30.939	5.053	5.053	10.000	10.833
Fornecedores	3.038	3.038			
Outras contas a pagar	3.587	3.587			
	42.835	11.699	5.053	15.250	10.833

31/12/2010 - controladora	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financ.	5.274	24			5.250
Debêntures	40.159	4.663	4.663	10.000	20.833
Fornecedores	3.340	3.340			
Outras contas a pagar	4.275	4.275			
	53.048	12.302	4.663	10.000	26.083

01/01/2010 - controladora	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financ.	40.520	40.520			
Debêntures					
Fornecedores	3.058	3.058			
Outras contas a pagar	3.716	3.716			
	47.294	47.294			

31/12/2010 - consolidado	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financ.	5.274	24			5.250
Debêntures	40.159	4.663	4.663	10.000	20.833
Fornecedores	3.441	3.441			
Outras contas a pagar	4.213	4.213	-	-	-
	53.087	12.341	4.663	10.000	26.083

(c) Risco de fluxo de caixa - O caixa aplicado pela Companhia tem rendimento indexado à percentuais do CDI. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado. Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures também indexados ao CDI. O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política da Companhia acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros. Em 31 de dezembro de 2011, considerando os saldos de fechamento a Companhia apresentava uma exposição líquida passiva, composta pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, deduzido de financiamentos e empréstimos e debêntures, de mais de R$ 29.021. A expectativa da Companhia com base em dados do mercado para o ano de 2012 está estimada em 9,41%, ante a taxa efetiva de 11,60% verificada no ano de 2011.

	Cenário provável	Cenário I - deterior. de 25%	Cenário II - deterior. de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2011 - %	11,6	11,6	11,6
Tx anual estimada do CDI - %	9,4	11,8	11,8
Efeito no instrum. financ. (Red.) incremento de juros	(2.882)	493	988

(d) Gestão de capital - A política da Diretoria é manter uma geração de caixa e acompanhamento da dívida líquida(covenant), para manter a confiança dos investidores, credores, mercado em geral e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o EBITDA sobre a dívida líquida. A Companhia entende que a dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A dívida da Companhia para relação ao Ebtida ao final do exercício de 2011 e 2010 é apresentada a seguir:

	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Controladora 01/01/2010	Consolidado 31/12/2010
Total dos empréstimos	36.210	45.433	40.520	45.433
(-) Caixa equiv. de caixa e aplicação financeira	(7.188)	(11.709)	(6.350)	(10.939)
Dívida líquida (A)	29.022	33.724	34.170	34.494
EBITDA (B)	13.969	15.170	9.620	15.115
(=) Relação dívida líq. s/cap. em 31 de dez. (A/B) - %	2,08%	2,22%	3,55%	2,28%

A reconciliação do Ebitda para os exercícios apresentados é como segue:

	Controladora 31/12/2011	Controladora 3/12/2010	Controladora 01/01/2010	Consolidado 31/12/2010
Lucro operac. antes do res. financ., equiv. patrimonial e tributos	12.243	13.446	7.138	13.416
Deprec. e amort. do ativo imobilizado	1.629	1.671	2.364	1.646
Amortiz. do intangível	97	53	118	53
	13.969	15.170	9.620	15.115

(f) Valor justo - Os valores justos dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos valores contábeis nas datas dos balanços apresentados. **(g) Hierarquia do valor justo -** Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo. Os ativos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração. (ii) Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo. (iii) Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Todos os instrumentos financeiros estão classificados no Nível 2 de hierarquia de valor justo.

22. Receita	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Receita bruta	69.743	65.283	71.721	66.455
Menos				
Impostos sobre vendas				
PIS/COFINS	(6.065)	(5.866)	(6.151)	(5.900)
ICMS	(5.505)	(5.121)	(5.757)	(5.188)
ISSQN	(154)	(149)	(172)	(138)
Devoluções e abatimentos	(162)	(182)	(163)	(191)
	57.857	53.965	59.478	55.038
Receita por natureza				
Venda de produtos	51.306	47.632	52.590	48.705
Prestação de serviços	6.551	6.333	6.888	6.333
	57.857	53.965	59.478	55.038

23. Outras receitas operacionais	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Receita de cessão de espaço	749	797	749	797
Receita c/exclusividade em produtos	415	243	415	243
Receita c/ação promocional - parceira	408	522	408	522
Outras receitas operacionais	105	377	118	377
Recuperação de impostos		1.552		1.552
Resultado na venda de imobilizado	73	109		109
	1.750	3.600	1.690	3.600

24. Receitas e despesas financeiras	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Receitas financeiras				
Rendimentos das aplicações financeiras	805	712	805	711
Juros sobre outras contas a receber	576	221	582	222
Descontos obtidos	138	106	138	110
	1.519	1.039	1.525	1.043
Despesas financeiras				
Juros e var. monet. passivas s/emprést., debêntures e outros passivos	6.296	5.702	6.296	5.706
Outras despesas financeiras	198	137	332	151
	(6.494)	(5.839)	(6.628)	(5.857)
Resultado financeiro líquido	(4.975)	(4.800)	(5.103)	(4.814)

25. Cobertura de seguros - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/ danos elétricos/vendaval a fumaça	14.164
Lucros cessantes	Despesas fixas 12 meses	26.825

Diretoria

Alberto Carneiro Neto
Diretor-presidente

Creuza Silva Brentel
Controller

Ivan da Silva
TC CRC 1SP250828/O-2

>>>Continua...

>>>Continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - CPQ Brasil S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da CPQ Brasil S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da CPQ Brasil S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem as demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião -** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos - Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 -** As demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram, em 29 de março de 2011, opinião com ressalva pela falta de revisão do prazo de vida útil remanescente do ativo imobilizado, portanto antes dos ajustes descritos na Nota 3(s). Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3(s) que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, exceto com relação a esses ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2010 tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de março de 2012
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5
José Leonardo Pereira de Souza Costa - Contador CRC 1SP196098/O-2